ATOS FORMAIS DE GESTÃO

2024	
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 28/2024	Avisa sobre o preenchimento obrigatório do formulário eletrônico acerca da existência de autos de processos físicos nos Órgãos Julgadores das 1ª e 2ª instâncias, pendentes de digitalização.
Aviso TJ nº 221/2024	Avisa sobre os códigos do Sistema de Controle de Malotes - SISCOMA para remessa de Autos Físicos Digitalizados e Processos Físicos ao DEGEA, para fins de arquivamento e/ou digitalização.
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 13/2024	Avisa sobre a remessa de processos físicos para a Central de Digitalização do Arquivo Central de São Cristóvão (CDA) e dá outras providências.
Aviso TJ nº 139/2024	Avisa sobre o procedimento para solicitar ao Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (SGADM/DEGEA) o desarquivamento / digitalização de autos de processos pelos órgãos julgadores do TJRJ.
Aviso TJ nº 48/2024	Avisa sobre o procedimento a ser adotado para que os Autos Físicos Digitalizados – AFD's, que se encontram nas dependências das serventias do PJERJ, possam ser recolhidos pela Divisão de Movimentação de Expedientes – DIMEX ou remetidos pelas serventias, a fim de que possam ser, posteriormente, arquivados pelo Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA. Nas demais comarcas os Autos Físicos Digitalizados - AFD's devem ser encaminhados pelas sacas de malotes da ECT/Correios para a DIMEX/SEMGM.

Atualizado em 19/03/2025

2023	
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 29/2023	Avisa sobre a remessa de processos físicos para a Central de Digitalização do Arquivo Central.
Ato Executivo TJ nº 212/2023	Extingue o Grupo de Trabalho para Pesquisa Histórica (GTPH) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Ato TJ SN53/2023	Dispõe sobre a classificação de documentos, quanto ao nível de acesso, que apliquem a modalidade "restrito", quando da inclusão, no processo administrativo, de documentos que contenham informações relacionadas à pessoa identificada ou identificável, nos termos do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 – Decisão.
Ato Executivo TJ nº 175/2023	Institui o Grupo de Trabalho para Pesquisa Histórica (GTPH) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 19/2023	Avisa a suspensão, temporária, do envio de novos processos à Central de Digitalização do Fórum Central , a partir do dia 04 de setembro de 2023, até o início da operação do novo Centro de Digitalização a ser instalado nas dependências do Arquivo Central de São Cristóvão (contratação de nova empresa responsável pela disponibilização de Centro de Digitalização tratada no processo SEI 2022-06133985) Trata também do peticionamento eletrônico de medida de urgência e do envio de peças digitalizadas e pedido de virtualização dos processos físicos.
Resolução TJ/OE nº 19/2023	Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e d´outras providências.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 10/2023	Disciplina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) a atualização e correlação do Código de Classificação de Documentos (CCD) e Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) com os assuntos e classes das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 16/2023	Avisa sobre o cronograma e os procedimentos para a digitalização e virtualização dos processos físicos remanescentes em trâmite nas serventias judiciais e dá outras providências. Faz menção ao: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNJ nº. 420/2021 pelo TJRJ Processo SEI 2021-0622576, que trata do Projeto Estratégico Justiça Parceira - 100% VIRTUAL, de virtualização de todo acervo judicial físico em trâmite pelo PJERJ; Previsão de contratação de nova empresa responsável pelo Centro de Digitalização a ser instalado nas dependências do Arquivo Central, de modo que todos os processos sejam digitalizados pelo DEGEA no momento de seu desarquivamento (processo SEI 2022-06133985).
Ato Executivo nº 128/2023	Altera o Ato Executivo nº 152/2021, que instituiu o Grupo de Trabalho para implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável no TJRJ (GT-RDC-Arq).
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 14/2023	Avisa sobre o cronograma e os procedimentos para a digitalização e virtualização dos processos físicos remanescentes em trâmite nas serventias judiciais e dá outras providências. Regional: Barra da Tijuca / Jacarepaguá / Bangu/ Campo Grande / Santa Cruz //Comarca: Miguel Pereira / Petrópolis – Regional Itaipava / Paracambi / Paraíba do Sul / Três Rios / Belford Roxo / Duque de Caxias / Nilópolis / Nova Iguaçu – Mesquita / São João de Meriti / Queimados.
Provimento CGJ nº 36/2023	Alteração das disposições previstas no Código de Normas da CGJ que tratam do “arquivamento provisório”. Abordam as possibilidades do arquivamento com baixa, arquivamento sem baixa e da transformação do arquivamento provisório em arquivamento sem baixa.
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 12/2023	Avisa sobre o cronograma e os procedimentos para a digitalização e virtualização dos processos físicos

	remanescentes em trâmite nas serventias judiciais e dá outras providências. Todas as serventias do Foro Central da Capital (exceto Dívida Ativa)
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 10/2023	Avisa sobre o cronograma e os procedimentos para a digitalização e virtualização dos processos físicos remanescentes em trâmite nas serventias judiciais e dá outras providências. Comarca de Niterói (exceto Dívida Ativa) / Foro Regional da Região Oceânica // Comarca de São Gonçalo (exceto Dívida Ativa) / Foro Regional de Alcântara.
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 5/2023	Avisa sobre a preparação dos processos físicos para a reabertura do cronograma de digitalização dos autos remanescentes.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 5/2023	Resolvem que constituem a base fundamental dos critérios de coleta de dados estatísticos as Tabelas Processuais Unificadas (TPU) - Art. 2º. É indispensável a fiscalização pelo magistrado da correta classificação por classes, assuntos e demais informações mencionadas no art. 1º, sobre os processos e procedimentos judiciais, independentemente do usuário que realizou o cadastramento original do feito - advogados, delegacias, entre outros - podendo sofrer correções, aditamentos e modificações, a qualquer tempo, conforme sejam cabíveis.
Aviso TJ -26/2023	Avisa que o arquivamento dos Autos Físicos Digitalizados – AFD's, por meio do sistema Arqweb, passará a ser realizado pela DIMEX – Divisão de Movimentação de Expedientes, vinculada à SGLOG – Secretaria Geral de Logística. (Contrato emergencial para a prestação de serviço de digitalização de processos e documentos físicos, incluindo o recebimento, preparação (higienização), captura (digitalização), tratamento das imagens, conferência, controle

	de qualidade, indexação, aplicação de Optical Character Recognition (OCR), entrega (transferência) das imagens digitalizadas e seus metadados para os sistemas utilizados pelo Tribunal e finalização (remontagem dos processos e devolução), com disponibilização de Central de Digitalização de Documentação nas dependências do PJERJ (SEI 2023-06016934)).
Resolução TJ/OE nº 4/2023	Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e d´outras providências.

2022	
Aviso TJ -124/2022	Avisa que os Autos Físicos Digitalizados – AFD, resultantes da digitalização dos autos de processos judiciais, devem ser encaminhados ao DEGEA, para fins de arquivamento, devidamente acondicionadas em caixas padronizadas, com as respectivas capas contendo o número de distribuição e com as folhas que os compõem costuradas ou presas com "bailarinas".
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2022	Avisam sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite nas serventias elencados e dá outras providências. https://www3.tjrj.jus.br/atosoficiais/AVISOCONJUNTOTJCGJ/AVISOCONJUNTOTJCGJ-11-2022-ANEXO.pdf
Resolução TJ/OE nº 8/2022	Aprova a revisão do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJERJ, em consonância com as normativas da Resolução CNJ nº 324/2020.
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 7/2022	Avisam sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite nas serventias elencados e dá outras providências. https://www3.tjrj.jus.br/atosoficiais/AVISOCONJUNTOTJCGJ/AVISOCONJUNTOTJCGJ-7-2022-ANEXO.pdf

Atualizado em 19/03/2025

2021	
Ato Executivo nº 152/2021	Institui o Grupo de Trabalho para implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável no TJRJ (GT-RDC-Arq).
Aviso CGJ n° 819/2021	Avisa a obrigatoriedade de se aplicar a modalidade "restrito" nos documentos e/ou nos processos administrativos SEI que contenham informações relacionadas à pessoa identificada ou identificável, nos termos do art. 5º da Lei nº 13.709/2018.
Aviso TJ n° 68/2021	A partir de 01/07/2021, a remessa de caixas-arquivo contendo documentos e processos ao DEGEA para fins de arquivamento deverá ser feita obrigatoriamente por meio do Sistema de Controle de Malotes SISCOMA.
Resolução TJ/OE nº 3/2021	Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Aviso TJ n° 6/2021	A empresa ARQUIVIZA foi contratada pelo Tribunal de Justiça de Estado do Rio de Janeiro - Termo nº 003/042/2021 - para prestação de atividades operacionais de arquivamento, desarquivamento e descarte do acervo arquivístico, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
Aviso TJ n° 2/2021	No período compreendido entre os dias 7 e 23 de janeiro de 2021 o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento - DGCOM/DEGEA somente irá proceder aos pedidos de desarquivamento de processos e documentos em caráter de urgência, que deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico degea.centralatendimento@tjrj.jus.br.

2020	
Ato Normativo TJ nº 27/2020	Estabelece as normas para Gestão de Acesso a Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Dispõe sobre a gestão de acesso físico as instalações do PJERJ; identificação dos

	usuários – senhas, inativação, reativação, concessão de acessos; acesso à internet, a Banco de Dados, ao Correio eletrônico; segurança de acesso a recursos de TIC.
Ato Normativo TJ nº 24/2020	Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) responsável pela avaliação dos mecanismos de tratamento e proteção dos dados existentes e pela proposição de ações voltadas a seu aperfeiçoamento, com vistas ao cumprimento das disposições da Lei n.º 13.709/2018.
Aviso conjunto TJ/CGJ n° 16/2020	Avisa aos Senhores Magistrados, chefes de serventia e demais servidores que atuam na distribuição e autuação de processos judiciais sobre a complementação, neste período de pandemia, da classificação dos processos com o assunto COVID – 19.
Ato Normativo TJ nº 19/2020	Instituir e implantar o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI, a partir do dia 27 de julho de 2020 e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

2018	
Ato Executivo TJ nº 108/2018	Institui Grupo de Trabalho da Política de Segurança da Informação (GT-POSIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e designa seus membros.
Aviso TJ nº 25/2018	Necessidade de dar tratamento aos processos distribuídos até 2013, que se encontram arquivados provisoriamente, para fins de cumprimento da Meta 2 do CNJ.
Convênio TJ/Entidades SN12/2018	Convênio de cooperação técnica e científica visando a digitalização de autos de processos judiciais permanentes armazenados no Arquivo Central do TJERJ entre a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e o Tribunal de Justiça.
Ato Normativo TJ nº 01/2018	Proceder a eliminação dos livros contábeis e papéis referentes às empresas em regime de Falência ou Liquidação Judicial (massa falida) que estejam arquivados no DEGEA há mais de 10 anos.

Atualizado em 19/03/2025

2017	
Resolução TJ/OE nº 01/2017	Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Ato Executivo TJ nº 270/2017	Institui Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), e designa seus membros.
Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 29/2017	Esclarece que os processos cadastrados com a classe petição (código 241) devem ser corretamente reclassificados, de acordo com a tabela processual unificada de classes do CNJ.

2016	
Resolução TJ/OE nº 15/2016	Altera anexos da Resolução TJ/OE nº 17/2014 – extingue o Serviço de Arquivo de Rio Bonito (DGCOM/SEARB) e o Serviço de Apoio às Unidades Organizacionais (DGCOM/SEAPO).
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 21/2016	Torna sem efeito o Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015 sobre a transferência dos livros extrajudiciais anteriores a 1915 para o Arquivo Central do TJRJ.

2015	
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015	Serviços Extrajudiciais deverão transferir para o Arquivo Central do TJRJ os livros extrajudiciais anteriores a 1915.
Aviso Conjunto CGJ nº 13 /2015	Arquivamento especial dos processos judiciais sem andamento há mais de 5 (cinco) anos.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2015	Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).

2014	
Resolução TJ/OE nº 34/2014	Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PROGED
Ato Normativo TJ nº 18/2014	Eliminação de processos administrativos armazenados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos DEGEA.

Ato Normativo TJ nº 16/2014	Entrega física dos autos de processos administrativos da área de pessoal às partes interessadas.
Ato Normativo TJ nº 15/2014	Classificação dos autos de processos administrativos de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD).
Ato Normativo Conjunto nº 12/2014	Digitalização de processos - Autos Físicos Digitalizados (AFDs)
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 9/2014	Eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Cíveis.
Aviso CGJ nº 1042/2014	Arquivamento de processos antigos com apenso de restauração de autos ou agravo de instrumento.
Resolução TJ/OE nº 17/2014	Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Ato Normativo Conjunto nº 7/2014	Cobrança para o desarquivamento de processo eletrônico.
Ato Normativo TJ nº 4/2014	Descarte dos apensos de autos de processos judiciais constantes em editais de eliminação publicados.
Ato Normativo TJ nº 5/2014	Arquivamento de documentos administrativos no DEGEA (permissão somente para os de guarda permanente)

2012	
Ato Executivo TJ nº 3569/2012	Digitalização de processos judiciais, administrativos e outros documentos arquivados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA, para fins de troca de suporte ou preservação.
Aviso TJ nº 19/2012	Alteração do desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa, cadastrados como processo antigo.
Ato Normativo TJ nº 14/2012	Desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa, cadastrados como processo antigo.

2011

Provimento CGJ nº 59/2011	Alteração das normas sobre arquivamento especial.
Provimento CGJ nº 53/2011	Fica vedada a formação de livros e pastas não obrigatórios constituídos através da impressão de dados constantes no sistema informatizado DCP, tais como Livro Tombo e pasta de estatística, sob pena de responsabilidade funcional.
Aviso Conjunto TJ / CGJ nº 1/2011	Fiscalização, pelo Magistrado, da correta classificação por classes e assuntos dos processos e procedimentos judiciais de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário.

2010	
Ato Normativo TJ nº 30/2010	Normas para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico - PJE na Segunda Instância Criminal.
Resolução TJ/OE nº 27/2010	Arquivamento definitivo dos processos de competência orfanológica.
Resolução TJ/OE nº 26/2010	Exceções, relativa à baixa, para arquivamento dos processos cíveis.
Ato Executivo TJ nº 4363/2010	Eliminação de processos julgados sem resolução do mérito, com baixa no registro de distribuição - Meta nº 2 do CNJ.
Ato Executivo TJ nº 4364/2010	Eliminação de processos judiciais de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) e a publicação de editais.

2009	
Resolução TJ /OE nº16/2009	Implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Ato Executivo TJ nº 5296/2009	Gestão de documentos nos serviços notariais e de registro do Estado do Rio de Janeiro.
Ato Executivo TJ nº 5157/2009	Eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Criminais - JECRIM.

Ato Normativo TJ nº 18/2009	Desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente – Meta nº 2 do CNJ.
Ato Normativo TJ nº 15/2009	Julgamento dos processos arquivados provisoriamente sem sentenças - Meta nº 2 do CNJ.
Ato Normativo TJ nº 14/2009	Requisitos sobre o arquivamento especial.
Aviso TJ n° 27/2009	Avisa que devem ser observados com rigor os critérios de classificação dos feitos judiciais em tramitação, de acordo com o que determina a Resolução CNJ n° 46, de 18 de dezembro de 2007, ante aos impactos trazidos aos relatórios estatísticos e a gestão de documentos do PJERJ.
Ato Executivo TJ nº 1658/2009	Instituição do Grupo de Apoio ao Processamento do Arquivo – GAPA.

2008	
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2008	Implantação das Tabelas Processuais Unificadas na Primeira Instância do Poder Judiciário.
Ato Executivo TJ nº 4120/2008	Designação de representantes do Tribunal de Justiça no Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ.
Provimento CGJ nº 21/2008	Criação da rotina de pré-cadastramento de petição inicial a ser utilizada exclusivamente por advogados com inscrição regular na OAB.
Ato Normativo TJ nº 10/2008	Implantação das Tabelas Processuais Unificadas na Segunda Instância do Poder Judiciário.
Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 42/2008	Constituição do Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

2007	
Resolução TJ/OE nº 19/2007	Transferência do acervo dos procedimentos sigilosos findos para o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 124/2007	Processos judiciais de competência cível, arquivados provisoriamente, serão, movimentados para a Unidade Especial de Processamento do Arquivo no Arquivo Central, para cumprimento da Resolução nº 22/2006.
Ato Executivo TJ nº 1484/2007	Instituição do grupo de trabalho para concluir os estudos sobre a implementação do Centro de Digitalização.
Aviso CGJ nº 64/2007	Suspensão do Provimento nº 51/2001 que disciplinava sobre a remessa ao arquivo dos autos paralisados por mais de 30 dias.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2007	Padronização da Tabela de Tipos de Assuntos do Sistema de Protocolo Administrativo (PROT) de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD).
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2007	Critérios para amostragem e aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) aos processos judiciais e documentos administrativos.

2006	
Portaria DGCON nº 3/2006	Criação do Grupo de Trabalho para o estudo das questões relacionadas à preservação dos documentos anteriores a 1940.
Resolução TJ/OE nº 22/2006	Regula o arquivamento definitivo dos processos cíveis.
Portaria TJ/DGCON nº 2/2006	Criação do Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental.

2005	
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 12/2005	Disciplina a informação, às partes interessadas, sobre a eliminação de autos de processos judiciais findos.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2005	Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis, que já se encontravam sob a guarda do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos antes da edição do Ato Normativo nº 01/2005, serão eliminados após o prazo de 180 dias da data da publicação do presente ato.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2005	Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 180 dias da data do arquivamento definitivo.
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 7/2005	Automação do Arquivo Central de São Cristóvão. Utilização de um novo sistema informatizado - Sistema ARQGER.
Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 23/2005	Unificação das Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPAD).
Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 11/2005	Inclusão do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos no processo de Certificação NBR ISO 9001:2000.

2004	
Resolução TJ/OE nº 16/2004	Denominação dos prédios do Complexo do Arquivo Central.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 6/2004	Padronização do modelo de etiqueta autoadesiva para identificação das caixas-arquivo.
Resolução CGJ nº 10/2004	Alteração da norma sobre o arquivamento provisório de autos paralisados há mais de 30 dias
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2004	Extinção do procedimento “Devolução ao maço” para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA.
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 2/2004	Obrigatoriedade da utilização, para arquivamento, de caixas-arquivo de tamanho padrão.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2004	Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2004	Atualização do Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCD).

2003	
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2003	Padronização do modelo de etiqueta autoadesiva para identificação das caixas-arquivo.
Ato Executivo TJ nº 2493/2003	Criação da Unidade Regional do Departamento Geral de Arquivo - Itaipava

Ato Executivo TJ nº 4/2003	Denominação do Arquivo Judiciário da Região dos Lagos alterada para Unidade Regional do Departamento Geral de Arquivo – Rio Bonito.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2003	Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2003	Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCD).

2002	
Ato Executivo TJ nº 1157/2002	Comarcas atendidas pelo Arquivo Judiciário da Região dos Lagos, sediado na Comarca de Rio Bonito.

2001	
Provimento CGJ nº 51/2001	Norma sobre o arquivamento provisório de autos paralisados há mais de 30 dias.
Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 31/2001	Instituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) - Atividade Meio
Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 30/2001	Instituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) - Atividade Fim
Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 16/2001	Modernização do Arquivo Judiciário Estadual – instalação em prédio próprio do Poder Judiciário e catalogação dos processos no sistema informatizado.
Ato Executivo TJ nº 18/2001	Alteração na denominação do departamento para Departamento Geral de Arquivo.

1997	
Ato Normativo TJ nº 14/1997	Nova Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

1995

Ato Normativo TJ nº 14/1995	Alteração na Tabela de Temporalidade instituída pelo Ato Normativo nº 11/1991.

1994	
Provimento CGJ nº 5/1994	Fixa prazos para retenção de documentos eventuais e transitórios.

1991	
Ato Normativo TJ nº 11/1991	Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

1977	
Ato Normativo TJ nº 4/1977	Normas para microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas serventias judiciárias da Comarca da Capital, bem como de quaisquer documentos originários das Secretarias do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho da Magistratura.
Ato Normativo TJ nº 2/1977	Microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas serventias judiciárias da Comarca da Capital.